



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
(Do Sr. Cap. Alberto Neto)

**Requer do Excelentíssimo
Ministro da Saúde, Senhor
Alexandre Padilha, informações
sobre a mortalidade materna
global.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhado ao Exmo. Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, solicitação de informações sobre a mortalidade materna global. Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

1)Senhor Ministro, considerando que a taxa de mortalidade materna em Manaus tem apresentado indicadores preocupantes nos últimos anos, quais medidas específicas o Ministério da Saúde planeja implementar para fortalecer a rede de assistência obstétrica na capital amazonense, especialmente nas áreas periféricas onde o acesso aos serviços de saúde é mais precário?

2)O estado do Amazonas enfrenta desafios únicos relacionados à logística e ao acesso à saúde em comunidades ribeirinhas e indígenas. Como o ministério pretende adaptar as políticas nacionais de redução da mortalidade materna para atender às especificidades geográficas e culturais da região amazônica?

3)Dados recentes apontam que o Brasil ainda está distante de alcançar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionada à redução da mortalidade materna. Quais são as principais barreiras identificadas pelo



* C D 2 5 4 4 1 8 2 2 5 1 0 0 *



Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM

Apresentação: 08/04/2025 11:31:09.490 - Mesa

RIC n.1129/2025

ministério para o cumprimento desta meta e como o governo federal pretende superá-las até 2030?

4)O Amazonas tem enfrentado dificuldades na implementação de comitês de investigação de óbitos maternos em todos os seus municípios. Como o Ministério da Saúde planeja apoiar tecnicamente e financeiramente o estado para fortalecer este importante mecanismo de vigilância epidemiológica?

5)Considerando que a assistência pré-natal de qualidade é fundamental para prevenir mortes maternas, como o ministério avalia a cobertura e a qualidade deste serviço em Manaus e qual o plano de ação para melhorar os indicadores de pré-natal no município?

6)O Brasil tem apresentado uma crescente taxa de cesarianas, muitas delas sem indicação clínica precisa, o que pode elevar os riscos de complicações maternas. Quais estratégias o Ministério da Saúde está desenvolvendo para estimular o parto normal seguro e humanizado, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde o acesso à informação sobre os riscos de procedimentos desnecessários é mais limitado?

7)Durante a pandemia de COVID-19, observou-se um retrocesso nos indicadores de mortalidade materna no Brasil, com impactos particularmente severos na região amazônica. Quais lições foram aprendidas com esta crise e como o ministério está se preparando para garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde materna em eventuais futuras emergências sanitárias?

Justificativa

A mortalidade materna permanece como um desafio global de saúde pública, revelando profundas desigualdades entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Anualmente, mais de 300 mil mulheres perdem suas vidas por complicações durante a gravidez, parto ou puerpério, uma estatística alarmante que representa uma morte materna a cada dois minutos em todo o mundo. Estas mortes são particularmente trágicas porque, em sua maioria,





Câmara dos Deputados Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM

Apresentação: 08/04/2025 11:31:09.490 - Mesa

RIC n.1129/2025

poderiam ser evitadas com acesso adequado a cuidados pré-natais, assistência qualificada durante o parto e acompanhamento pós-parto.

Os números expressam uma realidade cruel onde o direito básico à maternidade segura permanece inacessível para milhões de mulheres, especialmente nas regiões mais pobres do planeta. A Organização Mundial da Saúde aponta que cerca de 95% dessas mortes ocorrem em países de baixa e média renda, onde os sistemas de saúde frequentemente carecem de infraestrutura, profissionais qualificados e medicamentos essenciais. Fatores como hemorragias, infecções, distúrbios hipertensivos, complicações no parto e abortos inseguros figuram entre as principais causas diretas dessas mortes maternas.

O cenário é agravado por determinantes sociais como pobreza, baixa escolaridade, casamentos precoces, falta de autonomia feminina sobre decisões reprodutivas e barreiras geográficas que dificultam o acesso aos serviços de saúde. Muitas gestantes em áreas rurais precisam percorrer longas distâncias para chegar a unidades de saúde, frequentemente sem transporte adequado.

Além disso, normas culturais e tabus podem desencorajar mulheres a buscarem assistência médica profissional, preferindo métodos tradicionais que nem sempre são seguros.

A pandemia de COVID-19 exacerbou esta situação, interrompendo serviços essenciais de saúde materna em muitos países e revertendo progressos anteriormente alcançados. Embora tenha havido avanços significativos nas últimas décadas, com redução global da taxa de mortalidade materna, o ritmo atual é insuficiente para atingir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de reduzir a taxa global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos até 2030.

Organizações internacionais e governos têm implementado diversas estratégias para enfrentar esta crise, incluindo a formação de parteiras qualificadas, melhoria da infraestrutura obstétrica, garantia de acesso a métodos contraceptivos e planejamento familiar, além de programas educacionais que empoderam mulheres.



* C D 2 5 4 4 1 8 2 2 5 1 0 0 *



**Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/AM**

Apresentação: 08/04/2025 11:31:09.490 - Mesa

RIC n.1129/2025

Experiências bem-sucedidas em países como Ruanda e Sri Lanka demonstram que progressos significativos são possíveis mesmo com recursos limitados, quando há comprometimento político e abordagens integradas. Iniciativas que incluem agentes comunitários de saúde têm se mostrado eficazes em aproximar os cuidados obstétricos das comunidades mais isoladas.

A redução da mortalidade materna não é apenas uma questão de saúde pública, mas também de direitos humanos e justiça social. Cada morte materna representa não apenas a perda de uma vida, mas impacta profundamente famílias inteiras, deixando crianças órfãs e comunidades fragilizadas. O investimento em saúde materna traz retornos significativos para o desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para a quebra de ciclos intergeracionais de pobreza e o fortalecimento das sociedades como um todo.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 8 e abril de 2025.

**CAPITÃO ALBERTO NETO
Deputado Federal / PL-AM**

